

Sindicatos Sem aumentos desde 2009, salários dos funcionários públicos devem aumentar mais de 3 por cento em 2020

# Quanto quer a Função Pública?

JOANA NUNES MATEUS

**O** embate dos sindicatos dos trabalhadores da administração pública já está marcado com quem quer que seja que seja o próximo ministro das Finanças a chegar ao Terreiro do Paço com a missão urgente de fazer o Orçamento do Estado para 2020.

Sem aumentos desde 2009, os funcionários públicos preparam-se para exigir uma atualização salarial nunca inferior a 3 por cento ou 3,5 por cento para o próximo ano, o equivalente a pelo menos o dobro da inflação prevista para 2020.

“As nossas reivindicações são independentes de quem vier, pois sustentam-se na realidade de que a última atualização foi em 2009 e de que os salários perderam 13 por cento do poder de compra na última década”, explica Helena Rodrigues do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE). A dirigente sindical lamenta que o problema não esteja a ser devidamente valorizado pelos partidos políticos nesta campanha eleitoral: “Parece ser quase tóxico propor aumentos salariais para a função pública. Parece que faz perder votos... Mas investir na qualidade dos serviços públicos não pode ser feito com trabalhadores indiferenciados e mal remunerados.”

Já o secretário-geral da Federação de Sindicatos afetos à UGT (Fesap), José Abraão, responde que tudo aponta para 3,5 por cento ou valores “até maiores” quando somados o aumento da produtividade, a inflação e alguma recuperação do poder de compra. “Estamos disponíveis para acordos plurianuais para sabermos com o que poderemos contar durante a legislatura”, disse esta semana aos jornalistas.

O valor a reivindicar pela Frente Comum dos sindicatos afetos à CGTP só deverá ser divulgado após as eleições. “O que faz sentido é entregarmos a nossa proposta reivindicativa já ao governo que vai governar e elaborar o próximo Orçamento do Estado”, diz Ana Avoila. Esta dirigente sindical tem-se batido pela subida do salário mínimo para €850 e elenca mais três prioridades a resolver “rapidamente” com o novo executivo: “A lei da negociação que não está a ser cumprida, a questão de os serviços mínimos serem máximos e a necessidade de aumentos salariais para toda a administração pública.”

## 25 dias de férias

Além do tempo de serviço que efetivamente conta para efeitos de progressão na carreira, os sindicatos exigirão reverter outros cortes que persistiram na atual legislatura. É o caso dos três dias de férias extra que a função pública recebeu do Governo Guterres como compensação pelo



A paz social depende dos aumentos para todos os funcionários públicos FOTO NUNO FOX

congelamento dos salários, mas que foram cortados em 2014.

O STE também já veio reivindicar a subida do subsídio de refeição de €4,77 para €6 em 2020 e a reposição do valor a pagar pelas horas extraordinárias e as ajudas de custo a valores iguais aos de 2010. Quanto à ADSE, o STE quer ver o desconto reduzido para 2,5% da remuneração é a Frente

Comum para 1,5 por cento sobre o período de 12 meses.

A liderar as intenções de voto está o PS cujo programa eleitoral promete um “aumento anual em torno dos 3 por cento” mas para a massa salarial de toda a administração pública. “Este aumento decorrerá, nos primeiros anos, em grande medida do impacto das medidas de descon-

gelamento das carreiras, que será particularmente elevado até 2020, do efeito extraordinário da reposição do tempo em algumas carreiras até 2021, e do aumento do emprego público que se tem verificado nos últimos anos, mas inclui também uma margem para aumentos dos salários, que poderão ser mais expressivos a partir de 2021.”

economia@expresso.impresa.pt